

Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes

Immigration and the labour market in Portugal: research and recent trends

João Peixoto*

Resumo Neste texto são examinados alguns pontos relativos ao estado actual do conhecimento e tendências recentes da imigração e mercado de trabalho em Portugal. Na primeira secção são referidos alguns dos principais contributos teóricos para esta questão, entre os quais se salientam os eixos de segmentação dos mercados de trabalho e a importância da segmentação e flexibilização laboral. Na segunda secção são lembrados alguns dados estatísticos sobre este tema em Portugal. Na terceira secção são revistos os principais estudos que têm sido realizados. Finalmente, são sugeridas algumas linhas de investigação futura.

Palavras-chave imigração, mercado de trabalho, Portugal.

Abstract In this text, some issues are examined in relation to the current state of knowledge and recent trends in immigration and the labour market in Portugal. In the first section some of the principal theoretical contributions to this subject are referred to. Among these, the phenomenon of segmentation in labour markets and the importance of segmentation and labour flexibility are highlighted. In the second section, some statistical data on this theme in Portugal are reiterated. In the third section the principal studies that have been undertaken are reviewed. Finally, some future lines of research are suggested.

Keywords immigration, labour market, Portugal.

* SOCIUS, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa / SOCIUS, School of Economics and Management, Technical University of Lisbon.

Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes

João Peixoto

Introdução

O estudo da relação entre imigração e mercado de trabalho apresenta grande centralidade em Portugal. Por vezes, o estudo da vertente laboral da imigração confunde-se, mesmo, com o da própria imigração. Tal argumento tem sobretudo por base a evidência que muita da imigração para o nosso país tem uma motivação económica, isto é, destina-se a ocupar vagas no mercado de trabalho. Mesmo quando não levamos em conta a motivação inicial da migração, verificamos que a participação dos imigrantes no mercado de trabalho é elevada. Esta situação acontece também quando a entrada ocorre no âmbito da reunificação familiar; muitos dos imigrantes nesta condição, incluindo mulheres, conseguem uma inserção laboral. As elevadas taxas de actividade dos imigrantes – indicadores da propensão da população em idade adulta para realizar uma actividade económica – são ainda mais eloquentes por sabermos que Portugal é, no interior dos países da União Europeia (UE), um daqueles onde os níveis de actividade, particularmente femininos, são mais elevados. Ora a população imigrante apresenta taxas de actividade, masculina e feminina, superiores no geral à restante população portuguesa. Esta situação parece singular à escala da União Europeia (OCDE, 2007).

Para além da motivação económica habitual em muita da migração internacional contemporânea, as causas para uma tão forte incorporação de imigrantes no mercado de trabalho em Portugal passam por alguns factores. Em primeiro lugar, tem havido uma abundante procura de trabalho na economia nacional, nos últimos anos, sobretudo no que diz respeito a trabalhos precários ou mal pagos, muitas vezes de natureza informal. Essa procura sucede em sectores como a construção civil, hotelaria e restauração e serviço doméstico. Por outras palavras, tem havido procura efectiva de trabalho imigrante. Em segundo lugar, têm existido canais que permitiram a rápida entrada dos imigrantes nesses segmentos laborais. O facto de ter sido possível, até hoje, aceder ou permanecer no território português sem visto adequado e trabalhar de forma irregular explica por que razão tantos imigrantes têm utilizado esta via. Sucessivas regularizações – as últimas das quais dependentes da apresentação de contrato de trabalho – têm trazido para a legalidade estas situações. A possibilidade de inserção laboral irregular e obtenção de estatuto legal posterior é talvez uma das explicações para a pouca utilização que o asilo político e o estatuto de refugiado apresentam no nosso país. Em terceiro lugar, tem havido uma aparente complementaridade entre a elevada actividade dos portugueses e a dos imigrantes. Os trabalhos ocu-

pados são, muitas vezes, complementares – procurando os portugueses os segmentos mais protegidos do mercado de trabalho. Noutras vezes, os portugueses optam pela sua própria emigração, realizando trabalhos de menor estatuto social e económico noutros países.

Neste texto serão brevemente examinados alguns pontos relativos ao estado actual do conhecimento e tendências recentes sobre a imigração e mercado de trabalho em Portugal. Na primeira secção serão referidos alguns dos principais contributos teóricos para esta questão, entre os quais se salientam a importância da segmentação e flexibilização do mercado de trabalho. Na segunda secção serão lembrados alguns dados estatísticos sobre este tema em Portugal. Apesar das limitações das fontes estatísticas, algumas realidades estão hoje bem diagnosticadas. Na terceira secção serão revistos os principais estudos que têm sido realizados. Finalmente são sugeridas algumas linhas de investigação futura. Apesar deste exercício de reunião de informação, temos consciência que o conhecimento sobre a inserção laboral dos imigrantes em Portugal permanecerá incompleto. O carácter dinâmico da imigração e do mercado de trabalho, a natureza fragmentária das fontes e a dispersão de informação e de estudos disponíveis exigem que, num prazo não muito dilatado, novos levantamentos sejam efectuados.

Imigração e mercado de trabalho: as teorias

O conhecimento teórico disponível sobre a relação entre processos de imigração e mercado de trabalho é hoje relativamente vasto. O desenvolvimento mais conhecido, que se tornou clássico, é o da teoria do mercado de trabalho segmentado (Piore, 1979; Portes, 1981 e 1999; Massey *et al.*, 1998). Segundo esta teoria, os mercados de trabalho caracterizam-se por possuírem dois segmentos principais, ou apresentarem uma característica “dual”. O mercado “primário” detém como principais atributos a estabilidade das condições de emprego, bons salários, perspectivas de carreira (através de um mercado interno de trabalho desenvolvido nas organizações), protecção social e bom estatuto social. Na prática, são as organizações públicas e algumas empresas privadas, sobretudo as de maior dimensão, quem apresenta estas características. Por oposição, o mercado “secundário” é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de protecção social e baixo estatuto social.

Desde os anos 70 do século XX, as alterações estruturais das economias e o desenvolvimento de novas formas de regulação levaram a que a existência de segmentos precários e a necessidade de uma mão-de-obra “flexível” se tornassem ainda mais evidentes (Kovács e Castillo, 1998; Kovács, 2005). Desta forma, acentuou-se a tendência para a segmentação laboral. Tornaram-se comuns novas formas de organização do trabalho ou modelos atípicos de trabalho, como o

trabalho temporário, trabalho em *part-time* ou trabalho no domicílio. Nalguns casos, estas formas de organização contemplaram tarefas altamente qualificadas e de estatuto social elevado; noutros, talvez os mais frequentes, estiveram ligadas a tarefas de baixa qualificação e de fraca avaliação social. No geral, aumentou a precariedade contratual e observou-se a persistência – notável em alguns contextos, como o das sociedades da Europa do Sul – da economia informal. Na origem destas mudanças estiveram os estrangulamentos do modelo de desenvolvimento das sociedades avançadas e os processos de globalização, que levaram a uma competição económica mais acentuada à escala planetária.

A teoria do mercado de trabalho segmentado conheceu, desde cedo, uma importante divulgação na bibliografia sobre migrações (cf. Peixoto, 2002a). Compreendeu-se, assim, que grande parte das atracções específicas exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos para mais desenvolvidos, tem a ver com os mercados “secundários” – reforçados com a tendência de flexibilização. É o facto de existirem actividades que funcionam num mercado de trabalho deste tipo que afasta a maioria dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes de regiões pobres. Tal resulta da lógica económica e social associada a esta inserção. Os nativos rejeitam as fracas recompensas económicas e o baixo estatuto social associado a alguns trabalhos – aqueles que vieram a ser conhecidos como os três D’s (“sujos, perigosos e difíceis” – *dirty, dangerous and demanding*). Os imigrantes, por seu lado, mesmo em condições económicas deficientes, poderão melhorar o seu padrão anterior de vida ou, pelo menos, criar expectativas de mobilidade futura. A sua posição na hierarquia social não é vista de modo tão gravoso, uma vez que, durante uma primeira fase, mantêm como sociedade de referência o seu país de origem. É também esta teoria do mercado de trabalho segmentado que nos permite afirmar que não existe migração sem uma procura económica específica.

A relação entre imigração e flexibilidade dos mercados de trabalho pode ainda ser mais complexa. De acordo com Phizacklea (2005), a imigração tem vindo a responder ao propósito de flexibilização laboral desde há algumas décadas. Segundo a autora, o regime que se tornou conhecido como o de “trabalhadores temporários” (*guestworker*), desenvolvido na Europa Ocidental no período posterior à Segunda Guerra Mundial, possuía já elementos que permitiam o recrutamento e abandono facilitado de trabalho estrangeiro, bem como alguma da sua mobilidade entre sectores. Estes elementos foram plenamente desenvolvidos nos anos mais recentes. A “procura constante de trabalho mais flexível e incerto” por parte dos empregadores, como escreve a autora, tem levado cada vez mais à imigração e ao recrutamento de trabalhadores imigrantes, incluindo os que se apresentam com um estatuto irregular. Esta situação ocorre no contexto de uma globalização crescente, marcado por maior mobilidade do capital e deslocalização de muitas actividades para países menos desenvolvidos e com salários mais baixos. O

recrutamento de trabalhadores imigrantes ocorre, por um lado, em trabalhos “inamovíveis” (não deslocalizáveis): os imigrantes dirigem-se para sectores de trabalho manual como a construção civil e para vários segmentos dos serviços, incluindo serviço doméstico e limpezas, assistência a crianças e idosos, serviços de saúde e comércio, hotelaria e restauração. Alguns destes segmentos estão associados com o trabalho feminino, o que também explica a crescente feminização dos fluxos migratórios. Por outro lado, os imigrantes empregam-se em algumas das actividades que subsistiram da indústria transformadora e da agricultura, que “combatem a concorrência de um mercado global através de práticas crescentes de precarização do trabalho” (Phizacklea, 2005: 164).

A teoria do mercado de trabalho segmentado não afirma, porém, que a atracção de população imigrante ocorra apenas no mercado secundário de trabalho. Na expressão de Portes (1981 e 1999), os “modos de incorporação” dos trabalhadores imigrantes são variados. Segundo ele, os migrantes atraídos pelo mercado primário apresentam como principais características a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais e não por origens étnicas; condições de mobilidade idênticas à dos nativos; e uma função de “reforço” da força de trabalho nacional. Tipicamente, este tipo de acesso é representado pela “fuga de cérebros” (*brain drain*). Em contrapartida, o acesso ao mercado secundário apresenta como principais atributos um estatuto jurídico precário (frequentemente temporário ou ilegal); recrutamento baseado nas origens étnicas e não em qualificações (dadas as vulnerabilidades associadas àquela condição); ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade; e uma função disciplinadora da força de trabalho local (forçando a redução dos salários gerais). Segundo Portes, este tipo de recrutamento representa a maioria dos trabalhadores imigrantes no contexto internacional.

Finalmente, ainda seguindo Portes (1981 e 1999), podemos considerar duas outras formas de incorporação: aquela que liga os imigrantes a zonas de homogeneidade étnica da economia – os “enclaves étnicos” ou “enclaves imigrantes” – e as que consistem em tarefas de intermediação económica – as “minorias intermediárias” (*middleman minorities*). No primeiro caso são aproveitadas as várias formas de recursos étnicos ao dispor dos imigrantes, incluindo capital social e económico, para se obter emprego. As actividades empresariais desenvolvidas por imigrantes e funcionando numa lógica de enclave operam frequentemente com base em financiamento, trabalho e clientes co-étnicos. Ainda que possa existir inserção progressiva na economia mais ampla (por exemplo, alargamento do leque de clientes), o recurso ao trabalho co-étnico facilita o recrutamento e maximiza os laços de cooperação – embora também se possa traduzir em fechamento e exploração. No segundo caso, os imigrantes optam por oportunidades económicas centradas sobretudo no sector da distribuição à população nativa. Apesar da manutenção de lógicas de solidariedade co-étnica, o trabalho de in-

termediação comercial obriga a uma dispersão mais acentuada na economia dos países de destino. Nos últimos anos, para além de várias críticas que têm surgido à teoria dos enclaves, novos modelos têm sido desenvolvidos acerca do empreendedorismo migrante. As iniciativas empresariais têm sido reconhecidas cada vez mais como formas alternativas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho das sociedades de acolhimento.

Como defendemos em texto anterior (Peixoto, 2002a), estas perspectivas poderão ser elaboradas se lhes acrescentarmos um outro eixo de caracterização do mercado de trabalho – o mercado interno de trabalho. Esta noção foi avançada por Doeringer e Piore (1971) para esclarecer os processos de circulação do trabalho internos às organizações. A observação pormenorizada de uma estrutura organizacional permite avaliar o tipo de movimentos que se processam. Para efeito do estudo das migrações internacionais o que importa é saber em que condições as empresas e outras organizações com actividades ou estabelecimentos internacionais movimentam o seu pessoal. Neste caso, mais do que uma relação isolada dos indivíduos com os mercados de trabalho nacionais dos países de recepção (os mercados “externos”), é a sua inserção no mercado interno que nos interessa para explicar o movimento e modalidades de inserção. Noutros termos, este eixo teórico permite diferenciar os migrantes “organizacionais” – frequentemente privilegiados nos seus percursos, como sucede com os quadros de empresas transnacionais – dos migrantes “independentes” – que devem enfrentar o mercado de trabalho dos países de destino e vencer os seus obstáculos.

A importância da segmentação laboral resulta, finalmente, dos contextos onde se verifica. Alguns dos factores que obrigam a contextualizar a análise são o modelo económico predominante, incluindo as actividades económicas de maior destaque; o tipo de Estado de Bem-Estar, bem como as lógicas correspondentes de regulação; o tipo de tecido empresarial; a importância da economia informal; e a estrutura social. No caso dos países da Europa do Sul, a modernização rápida das economias e o surto de crescimento ligado à adesão à União Europeia foram simultâneos à manutenção de algumas lógicas tradicionais. A permanência de um tecido produtivo baseado, muitas vezes, em tecnologias tradicionais; a difusão da economia informal; a débil regulação da economia pelo Estado; a escassa protecção social dos trabalhadores; e a existência de dualismo social – são factores que têm agravado as situações de segmentação e precariedade em alguns destes contextos e que têm explicado muitos dos modos de incorporação dos imigrantes (King *et al.*, 2000; Ribas-Mateos, 2004).

A situação em Portugal: dados estatísticos

A avaliação rigorosa do papel dos imigrantes no mercado de trabalho português é complexa. Para tal concorre o carácter fragmentário e nem sempre comparável

das fontes estatísticas disponíveis e a natureza informal de muitas das actividades desempenhadas – para além da escassez e pouca divulgação de estudos em várias áreas. No plano das estatísticas oficiais, existem poucas que aliem a actualidade da informação a um conhecimento exaustivo dos problemas. As principais fontes relativas ao universo dos trabalhadores estrangeiros que têm sido adoptadas são as estatísticas sobre população estrangeira (“stocks” e fluxos) do SEF/INE, os recenseamentos da população do INE, as estatísticas do emprego (*Labour Force Survey*) do INE e os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho. Todas elas apresentam vantagens e limitações particulares.

As estatísticas sobre população estrangeira (“stocks” e fluxos), provenientes do SEF e do INE, são as mais habitualmente utilizadas no estudo sobre o volume e características da imigração em Portugal. O seu carácter sempre actualizado é limitado, porém, pela escassa informação que apresentam sobre a condição económica dos imigrantes (neste caso, estrangeiros). Os dados sobre “stocks” de estrangeiros que dispõem de autorização de residência não incluem há muitos anos variáveis relacionadas com o mercado de trabalho; os números sobre autorizações de permanência e vistos de longa duração não discriminam vectores de inserção pormenorizados (por exemplo, a profissão e o ramo de actividade); os dados de fluxos (indivíduos que solicitam autorização de residência), apesar de bastante detalhados, referem-se a uma proporção reduzida de imigrantes (a via habitual para aceder ao território e mercado de trabalho português não é esta). Em todos os casos, estes dados não reflectem a condição de irregularidade laboral dos imigrantes.

Os recenseamentos da população e as estatísticas do emprego, ambos divulgados pelo INE, apresentam um elevado potencial de informação, mas são limitados pelo seu carácter episódico ou por problemas de amostragem. Os recenseamentos são a fonte mais completa disponível, conhecendo ainda a vantagem de incluírem (em teoria) tanto imigrantes regulares como irregulares. O facto de se realizarem apenas de 10 em 10 anos e de registarem alguns problemas de captação de grupos estrangeiros limita a sua utilização. As estatísticas do emprego, integradas nos *Labour Force Surveys* realizados regularmente em todos os países da União Europeia, apresentam também elevado detalhe de informação e não discriminam pelo estatuto legal. No caso português, o grande impedimento à sua utilização sistemática resulta da sua natureza amostral. A população estrangeira e, correlativamente, a imigrante não é captada com um elevado nível de precisão; o conhecimento de sub-grupos e categorias particulares fica assim inviabilizado pelas margens de erro associadas.

Os dados resultantes dos Quadros de Pessoal, oriundos do Ministério do Trabalho, encontram-se entre os mais interessantes. A seu favor, conta-se o carácter actualizado da informação (disponível anualmente), as muitas variáveis referentes ao

mercado de trabalho e a sua natureza exaustiva (os dados respeitam ao universo dos trabalhadores registados pelas empresas). Contra a sua adopção encontra-se a significativa subavaliação, tanto da população activa nacional como, em particular, da de nacionalidade estrangeira. De facto, esta fonte não inclui alguns segmentos do mercado de trabalho (administração pública, sectores da agricultura não constituídos em empresas e emprego por conta das famílias), trabalhadores ligados a empresas de trabalho temporário e, naturalmente, a economia informal (a informação é divulgada pelas empresas e reporta ao pessoal ao serviço, isto é, trabalhadores com estatuto legal e pertencentes ao quadro das empresas). Os dados referem-se, ainda, apenas ao Continente. No caso da população estrangeira, os principais défices resultam da não consideração do emprego doméstico – muitas das mulheres estrangeiras em Portugal estão ligadas, exclusiva ou parcialmente, a este sector –, trabalho temporário e economia informal.

Outras fontes estatísticas permitem ainda caracterizar segmentos particulares da população activa estrangeira ou algumas das suas características. Entre elas contam-se as estatísticas sobre desemprego do Ministério do Trabalho (desempregados inscritos nos centros de emprego), os dados sobre sinistralidade laboral divulgados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ex-Inspeção-Geral do Trabalho) e os registos da Segurança Social (trabalhadores inscritos em vários regimes). Se no primeiro e segundo caso os dados têm sido algumas vezes utilizados, os registos da Segurança Social permanecem uma fonte mal explorada.

Apesar do carácter fragmentário das fontes, o papel dos imigrantes no mercado de trabalho é relativamente bem conhecido. Os parágrafos seguintes destinam-se a relembrar alguns dos principais traços desta realidade, a partir de informação actualizada. O conhecimento da população imigrante está, desde logo, condicionado pelos conceitos utilizados. À semelhança de muitos dos estudos disponíveis, serão a seguir adoptadas informações referentes à população de nacionalidade estrangeira. Dado o carácter recente de muita da imigração (estrangeira) para Portugal, o apuramento pela variável nacionalidade coincide, na maioria dos casos, com a entrada por imigração. A principal fonte adoptada são os Quadros de Pessoal (dados referentes apenas ao Continente). Um estudo mais exaustivo deveria contemplar outros conceitos e vertentes da inserção laboral dos imigrantes, a partir de fontes estatísticas alternativas. Uma prática deste tipo foi, por exemplo, seguida recentemente pela OCDE (2007), num estudo muito completo sobre a imigração e o mercado de trabalho português. A consulta deste último documento poderá fornecer informações complementares à do presente texto.

O peso da população imigrante – ou, neste caso, população de nacionalidade estrangeira – no mercado de trabalho tem sido objecto de algum debate. O seu apuramento rigoroso é difícil, dada a natureza das fontes estatísticas e a importância

da economia informal. Os números apresentados no Quadro 1 permitem admitir que a proporção de indivíduos de nacionalidade estrangeira entre a população activa portuguesa se deve situar entre 5% e 6%, na actualidade. Utilizando como fonte estatística principal os dados do SEF/INE e como base de estimação a taxa de actividade da população estrangeira detectada nos censos de 2001, chegamos a um valor de 5,1% em 2006. Dado o volume de imigrantes irregulares na actualidade, de dimensão ignorada mas com uma inserção laboral frequente, é possível que a proporção atinja os 6%. Adoptando como fonte os Quadros de Pessoal, atinge-se um valor um pouco mais elevado: 5,2% de todos os empregados e 5,4% de todos os trabalhadores por conta de outrem em 2005. Porém, a não consideração, entre os estrangeiros, do emprego doméstico, do trabalho temporário e das situações irregulares, e a não consideração, entre os portugueses, de um sector tão relevante como a administração pública, retira validade a esta última fonte.

Quadro 1 - População de nacionalidade estrangeira total e activa (estimativa), em relação ao total de Portugal

1.a SEF/INE

	Total 2006	Activos (a) 2006
População estrangeira (b)		
AR	329898	206186
AP	32661	32661
VLD prorrogados		
Trabalho	23190	23190
Estada temporária	24384	15240
Estudo	7817	0
VLD concedidos		
Trabalho	6835	6835
Estada temporária	5598	3499
Estudo	4504	0
Total	434887	287611
População total	10602100	5601400
<i>% estrangeiros / total</i>	<i>4.1</i>	<i>5.1</i>

Notas:

(a) Foi utilizada como base de estimação, no caso dos titulares de AR e VLD de estada temporária, a taxa bruta de actividade registada para a população de nacionalidade estrangeira no recenseamento de 2001 (62,5%).

(b) Titulares de autorizações de residência (AR), autorizações de permanência (AP) e vistos de longa duração (VLD).

(c) TCO: trabalhadores por conta de outrem.

1.b MTSS/DGEEP (Quadros de Pessoal)

	2004	2005
População empregada estrangeira	142574	153977
População empregada total	2791442	2946037
<i>% estrangeiros / total</i>	<i>5.1</i>	<i>5.2</i>
TCO estrangeiros (c)	138252	149074
TCO total (c)	2573718	2738739
<i>% estrangeiros / total</i>	<i>5.4</i>	<i>5.4</i>

Fontes:

1.a INE/SEF - população estrangeira: INE (2007); população total: INE, Estatísticas do Emprego (dados referentes ao 4^a trimestre 2006).

1.b MTSS/DGEEP - Quadros de Pessoal, 2004 e 2005.

As principais origens nacionais da população activa estrangeira, tal como são detectadas pelos Quadros de Pessoal, são apresentadas no Quadro 2. Em 2004, os principais grupos eram os provenientes da Europa de Leste, com 31% (destacando-se a Ucrânia, com perto de 20%), seguidos dos PALOP, com 26,6% (com relevo para Cabo Verde, com quase 10%), e Brasil, com 19,8%. Comparando estes números com os provenientes do SEF/INE, eles parecem apresentar um significativo enviesamento. Nas estatísticas de “stock” correntes, considerando todos os títulos legais disponíveis – que integram tanto activos como não activos –, as principais nacionalidades são a brasileira (16,9%), cabo-verdiana (15,7%) e ucraniana (9,6%) (INE, 2007). No caso dos Quadros de Pessoal, a não consideração de alguns sectores e de trabalhadores não declarados, a par de uma maior desactualização dos dados, parece impedir um apuramento mais rigoroso. Também por este motivo, a proporção verificada entre activos do sexo masculino e feminino (63% e 37%, respectivamente), constante do Quadro 3, não se pode considerar realista. A exclusão do segmento do emprego doméstico, pelo menos, subavalia fortemente o emprego feminino.

Quadro 2 - População empregada de nacionalidade estrangeira, por nacionalidade e situação na profissão, 2004

Nacionalidades	Total		Situação na profissão					
			Total			%		
	Nº	%	Empregador	TCO (a)	Outros	Empregador	TCO (a)	Outros
UE/25	11576	8.1	1606	9915	55	13.9	85.7	0.5
Ucrânia	28252	19.8	43	28157	52	0.2	99.7	0.2
Outros Eur. Leste (b)	15999	11.2	83	15895	21	0.5	99.3	0.1
Cabo Verde	13846	9.7	180	13658	8	1.3	98.6	0.1
Outros PALOP	24043	16.9	319	23697	27	1.3	98.6	0.1
Brasil	28237	19.8	491	27712	34	1.7	98.1	0.1
Outros	20621	14.5	1365	19218	38	6.6	93.2	0.2
Total	142574	100	4087	138252	235	2.9	97.0	0.2

Nota: (a) TCO: trabalhadores por conta de outrem. (b) Moldávia, Roménia e Rússia.

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

Quadro 3 - População empregada de nacionalidade estrangeira e total, por situação na profissão e sexo, 2004

Situação na profissão	Estrangeiros				Total	
	Nº	%	Homens	Mulheres	Nº	%
Empregador	4087	2.9	2881	1206	211452	7.6
Trab. familiar não remunerado	64	0.0	37	27	1852	0.1
Trab. conta outrem	138252	97.0	87411	50841	2573718	92.2
Membro act. cooperativa prod.	40	0.0	17	23	1466	0.1
Situação não enquadrável	131	0.1	93	38	2954	0.1
Total	142574	100	90439	52135	2791442	100

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

Quanto à distribuição regional dos activos estrangeiros (Quadro 4), concluímos pela sua sobre-representação na região urbana de Lisboa e no Algarve. Mais de metade (55,6%) dos activos estrangeiros – neste caso, apenas trabalhadores por conta de outrem – estão concentrados nos distritos de Lisboa e Setúbal, seguidos de cerca de 13% no distrito de Faro. Comparativamente, a população portuguesa encontra-se muito mais dispersa no território.

Quadro 4 - Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por distrito, 2004

	TCO estrangeiros		TCO total	
	Nº	%	Nº	%
Aveiro	4997	3.6	200034	7.8
Beja	1055	0.8	22840	0.9
Braga	3558	2.6	235653	9.2
Bragança	384	0.3	16033	0.6
Castelo Branco	875	0.6	38917	1.5
Coimbra	2992	2.2	91818	3.6
Évora	1506	1.1	37873	1.5
Faro	18059	13.1	117074	4.5
Guarda	502	0.4	29790	1.2
Leiria	6522	4.7	128253	5.0
Lisboa	65266	47.2	735286	28.6
Portalegre	1425	1.0	22903	0.9
Porto	10435	7.5	490419	19.1
Santarém	5039	3.6	102631	4.0
Setúbal	11599	8.4	154760	6.0
Viana Castelo	1148	0.8	49086	1.9
Vila Real	898	0.6	29360	1.1
Viseu	1992	1.4	70989	2.8
Total	138252	100	2573719	100

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

A grande maioria da população activa estrangeira é composta por trabalhadores por conta de outrem, que representam 97% dos inscritos nos Quadros de Pessoal em 2004 (Quadros 2 e 3). Como se esperaria, este valor médio é excedido no caso das nacionalidades da Europa de Leste, PALOP e Brasil. Apenas os nacionais da União Europeia/25 e as “outras” nacionalidades (com destaque para as asiáticas) apresentam proporções significativas de empregadores. Estas últimas são de 13,9%, no caso da UE, e de 6,6%, nas outras nacionalidades, situando-se a média nacional em 7,6%.

O perfil profissional dos trabalhadores estrangeiros é muito diverso dos portugueses (Quadro 5). Os estrangeiros (neste caso, apenas trabalhadores por conta de outrem) estão concentrados nas profissões menos qualificadas da indústria e

dos serviços. Comparando os dois perfis profissionais, eles estão sobre-representados (isto é, apresentam valores superiores à média nacional) entre o pessoal dos serviços e vendedores (19%), operários, artífices e trabalhadores similares (24,6%) e, sobretudo, trabalhadores não qualificados de todos os sectores (31%) – para além dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca (2,7%). A distribuição por ramos de actividade (Quadro 6) indica que os estrangeiros estão sobretudo concentrados na construção (24%), actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (22%) e alojamento e restauração (15%), sectores onde se encontram também mais representados do que os portugueses. O seu peso entre o total de assalariados de cada um destes últimos sectores é igual ou superior a 10% - valor que subiria consideravelmente se incluíssemos os trabalhadores temporários e os não declarados. Números divulgados por Carvalho (2007), por exemplo, indicam que a proporção de imigrantes sem contrato de trabalho nos sectores do comércio, serviços de limpeza e construção civil ascende a 36,4%, 37,5% e 33,9%, respectivamente.

Quadro 5 - Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por profissão, 2004

Profissão	TCO estrangeiros		TCO total	
	Nº	%	Nº	%
1 Quadros sup. adm. pública, dirigentes quadros sup. empresa	2532	1.8	95901	3.7
2 Especialistas das profissões intelectuais e científicas	3602	2.6	128911	5.0
3 Técnicos profissionais de nível intermédio	5089	3.7	251021	9.8
4 Pessoal administrativo e similares	8102	5.9	380315	14.8
5 Pessoal dos serviços e vendedores	26322	19.0	415243	16.1
6 Agricultores e trab. qualificados da agricultura e pesca	3685	2.7	37980	1.5
7 Operários, artífices e trabalhadores similares	33943	24.6	610681	23.7
8 Operadores de instalações e máquinas e trab. montagem	11668	8.4	287273	11.2
9 Trabalhadores não qualificados	42821	31.0	354476	13.8
Trabalhadores sem profissão atribuída	488	0.4	11918	0.5
Total	138252	100	2573719	100

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

Quadro 6 - Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por ramo de actividade, 2004

	TCO estrangeiros		TCO total		% estrang./total
	Nº	%	Nº	%	
A Agricultura, prod. animal, caça e silvic.	3535	2.6	43566	1.7	8.1
B Pesca	156	0.1	4082	0.2	3.8
C Ind. extractivas	567	0.4	12216	0.5	4.6
D Ind. transformadoras	19656	14.2	723449	28.1	2.7
E Prod. dist. de electricidade, gás e água	116	0.1	11508	0.4	1.0
F Construção	32990	23.9	312762	12.2	10.5
G Com. grosso e retalho; rep. veic. auto., mot. e bens uso pess. doméstico	15363	11.1	500042	19.4	3.1
H Alojamento e restauração (rest. e sim.)	20430	14.8	169744	6.6	12.0
I Transportes, armazen. e comunicações	4803	3.5	141566	5.5	3.4
J Actividades financeiras	609	0.4	78366	3.0	0.8
K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	30876	22.3	304551	11.8	10.1
L Admn. pública, defesa e seg. soc. obrigatória	140	0.1	13404	0.5	1.0
M Educação	1185	0.9	44469	1.7	2.7
N Saúde e acção social	3880	2.8	129283	5.0	3.0
O Out. act. de serv. colect., soc. e pessoais	3940	2.8	84674	3.3	4.7
Q Org. internac. e inst. extra-territoriais	6	0.0	36	0.0	16.7
Total	138252	100	2573718	100	5.4

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

O padrão de sobre-qualificação de muitos estrangeiros ou, noutros termos, a posse de um nível de competências superior ao requerido pelas tarefas desempenhadas encontra confirmação nos dados dos Quadros de Pessoal – embora os números a seguir apresentados não permitam distinguir as diferentes origens nacionais. Os níveis de habilitação literária que detêm são inferiores, mas de forma não muito marcada, aos dos portugueses (Quadro 7). Cerca de 35% entre eles detêm um nível de 1º ciclo de ensino básico ou inferior (contra 28,5% do total de trabalhadores), enquanto quase 26% detêm ensino secundário ou superior completos (contra perto de 29% dos portugueses). A sua concentração nas profissões de mais baixo estatuto e os níveis de qualificação das tarefas que desempenham apontam, porém, para um padrão de trabalho muito menos qualificado do que o sugerido pela diferença de habilitações. A grande maioria dos estrangeiros situa-se nos níveis de qualificação mais baixos (Quadro 8), com mais de 3/4 a distribuir-se entre os “profissionais qualificados”, “profissionais semi-qualificados” e “profissionais não qualificados” (contra menos de 22% no total de trabalhadores).

Quadro 7 - Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por habilitações literárias e sexo, 2004

	Estrangeiros				Total	
	Nº	%	Homens	Mulheres	Nº	%
Inferior 1º ciclo ensino básico	8760	7.1	5837	2923	52383	2.1
1º ciclo ensino básico	34882	28.3	21060	13822	675544	26.4
2º ciclo ensino básico	20856	16.9	14172	6684	560967	22.0
3º ciclo ensino básico	27162	22.0	17548	9614	526087	20.6
Ensino secundário e curso prof.	23187	18.8	13786	9401	478364	18.7
Bacharelato e licenciatura	8581	7.0	4851	3730	260959	10.2
Total	123428	100	77254	46174	2554304	100

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

Quadro 8 - Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por nível de qualificação, 2004

Nível de qualificação	TCO estrangeiros		TCO total		% estrang./total
	Nº	%	Nº	%	
Quadros superiores	3771	2.7	152644	5.9	2.5
Quadros médios	2687	1.9	113018	4.4	2.4
Enc. cont. chefe equipa	1602	1.2	96610	3.8	1.7
Prof. altam. qualificado	3075	2.2	165692	6.4	1.9
Prof. qualificado	45073	32.6	1054860	41.0	4.3
Prof. semi-qualificado	19459	14.1	411660	16.0	4.7
Prof. não qualificado	42591	30.8	338992	13.2	12.6
Pratic. e aprendiz	9028	6.5	134542	5.2	6.7
Nível desconhecido	10966	7.9	105701	4.1	10.4
Total	138252	100	2573719	100	5.4

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

Finalmente, verificamos que os níveis de remuneração dos estrangeiros são sempre inferiores aos dos portugueses, mesmo quando controlamos os dados por profissão e nível de qualificação (Quadros 9 e 10). A remuneração-base dos trabalhadores estrangeiros era, em 2004, de 617,22 euros (658,48 euros para os homens e 537,63 euros para as mulheres). O valor equivalente para o total da população portuguesa era de 741,41 euros. A discrepância significa que os estrangeiros recebem, em média, menos 17% do que os trabalhadores em geral. Os ganhos médios, que incluem, para além da remuneração-base, também prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar, ascendiam, entre os estrangeiros, a 718,74 euros (776,17 euros para os homens e 607,93 euros para as mulheres). Entre os portugueses, o valor era de 879,62 euros. A discrepância para o total de trabalhadores é de uma ordem semelhante à anterior.

Quadro 9 – Remuneração-base média e ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros e total, por profissão, 2004

Profissão (a)	TCO Estrangeiros			Total Empregados	% estrang./total
	Total	Homens	Mulheres		
Remuneração base média (euros)					
1	2815.73	3176.17	1604.50	1952.72	1.44
2	1632.66	1889.60	1345.25	1555.92	1.05
3	1461.77	1751.73	972.90	1116.41	1.31
4	587.24	594.20	581.04	721.83	0.81
5	468.12	496.62	450.69	517.67	0.90
6	464.54	476.75	424.05	486.97	0.95
7	491.28	497.94	423.62	549.65	0.89
8	544.16	555.12	465.78	591.21	0.92
9	427.88	432.28	421.08	475.22	0.90
Sem prof. atribuída	443.28	439.31	449.16	518.50	0.85
Total	617.22	658.48	537.63	741.41	0.83
Ganho médio (euros)					
1	3061.85	3449.94	1757.68	2217.46	1.38
2	1840.16	2140.18	1503.86	1790.73	1.03
3	1639.81	1960.71	1098.78	1350.78	1.21
4	702.82	729.15	679.34	880.79	0.80
5	519.41	550.16	500.60	591.66	0.88
6	540.65	555.59	491.09	550.43	0.98
7	585.27	594.77	488.76	642.47	0.91
8	726.57	749.15	564.89	756.29	0.96
9	504.88	522.21	478.12	564.39	0.89
Sem prof. atribuída	498.69	502.19	493.49	575.12	0.87
Total	718.74	776.17	607.93	879.62	0.82

Nota: (a) Ver designação das profissões no Quadro 5.
Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

Quadro 10 – Remuneração-base média e ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros e total de empregados, por nível de qualificação, 2004

Nível qualificação	Remuneração base (euros)			Ganho médio (euros)		
	TCO Estrangeiros	Total empregados	Estrang./total	TCO Estrangeiros	Total empregados	Estrang./total
Quadros superiores	2614.98	1967.45	1.33	2885.26	2244.33	1.29
Quadros médios	1497.63	1345.16	1.11	1661.33	1576.53	1.05
Enc. cont. chefe equipa	1020.52	954.06	1.07	1192.90	1145.71	1.04
Prof. altam. qualificado	1082.70	1068.86	1.01	1250.24	1311.68	0.95
Prof. qualificado	575.32	617.70	0.93	683.48	741.98	0.92
Prof. semi-qualificado	472.52	507.59	0.93	549.65	601.81	0.91
Prof. não qualificado	417.93	448.75	0.93	493.98	527.52	0.94
Pratic. e aprendiz	412.96	422.05	0.98	476.84	484.27	0.98
Nível desconhecido	556.74	628.34	0.89	681.60	758.19	0.90
Total	617.22	741.41	0.83	718.74	879.62	0.82

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004.

A observação da remuneração por profissões e níveis de qualificação permite realizar algumas considerações importantes. Em ambos os casos, notamos que a remuneração-base e o ganho médio favorecem os trabalhadores estrangeiros nas posições mais altas das hierarquias ocupacionais e desfavorecem-nos no caso contrário. Por exemplo, na categoria profissional dos “dirigentes e quadros superiores de empresa”, os estrangeiros recebem mais 44% de remuneração e mais 38% de ganho médio do que os portugueses. Ao invés, na categoria dos “trabalhadores não qualificados”, os estrangeiros recebem menos 10% de remuneração e menos 11% de ganho médio. Tal sugere que, nas posições profissionais mais elevadas, os estrangeiros desempenham tarefas de controle ou ocupam postos que apresentam escassez de competências internas. Por exemplo, os gestores estrangeiros de empresas transnacionais são melhor pagos do que os dirigentes portugueses em posições similares. Em contrapartida, ao nível dos postos profissionais menos qualificados, os estrangeiros demonstram ser sobretudo uma mão de obra barata - desempenhando uma função que é designada por Portes (1981 e 1999) como “disciplinadora” da força de trabalho local, podendo levar à redução ou ao não aumento dos salários.

A análise das compensações financeiras dos trabalhadores estrangeiros e portugueses requer, porém, outro tipo de elementos. Por um lado, os dados disponibilizados pelos Quadros de Pessoal apresentam algumas aparentes incongruências. Está neste caso o desfazamento existente entre a remuneração e os ganhos totais, comparando os trabalhadores estrangeiros e a média, que é superior ao verificado em quase todas as categorias profissionais e níveis de qualificação. Por outro lado, não estão disponíveis dados que permitam apurar outro tipo de diferenças entre os trabalhadores, para além da nacionalidade. O pagamento inferior de trabalhadores estrangeiros em profissões de mais baixo estatuto e em níveis de qualificação inferiores pode depender de variáveis não controladas, como é o caso da antiguidade na empresa. Daqui que não se possa concluir por uma eventual discriminação por nacionalidade, semelhante ao padrão já conhecido em relação ao género.

Outros indicadores sobre a presença de imigrantes no mercado de trabalho poderiam ser considerados. Estes incluem os graus de participação (taxas de actividade), desemprego, tipo (ou ausência) de vínculo contratual, condições de trabalho (incluindo a presença de formas atípicas de trabalho - trabalho nocturno, trabalho por turnos ou a tempo parcial) e acidentes de trabalho (sobre alguns destes indicadores, ver OCDE, 2007). Mesmo não tendo em conta estas variáveis, é fácil concluir que os imigrantes se encontram maioritariamente ligados aos segmentos menos protegidos do mercado de trabalho referidos na secção anterior deste texto. Para além de estarem sobretudo incorporados no mercado de trabalho “secundário”, eles parecem muito mais expostos aos segmentos com modalidades flexíveis de emprego e, também, ao desemprego. Relembre-se que

os números apresentados nesta secção se referem, apenas, à superfície da economia – os trabalhadores com contrato ligados à economia formal. Se tivéssemos em consideração a economia informal, a condição laboral precária dos imigrantes ficaria ainda mais evidente.

A investigação em Portugal

O mercado de trabalho em Portugal tem sido alvo de numerosos estudos. Entre estes, são em número crescente os que têm investigado o papel específico da população imigrante. Um levantamento recente das tendências gerais do mercado de trabalho foi efectuado pela Comissão do Livro Branco para as Relações Laborais (2007). Temas como os níveis de emprego e desemprego, tipos de vínculo contratual, desigualdades na distribuição do rendimento, duração e organização do tempo de trabalho e organização do trabalho, a par das relações laborais, foram estudados pela Comissão. Escassas referências são feitas ao trabalho imigrante neste estudo - embora não fosse seu objectivo aprofundar o estudo de componentes particulares da população activa. Em alternativa, trabalhos como os de Kovács (2005), que aprofundam as tendências de flexibilização recente no nosso país, têm procurado colocar as migrações no centro dos debates. Em nosso entender, uma observação aprofundada do mercado de trabalho português deverá ter em conta os efeitos produzidos pelas migrações internacionais, isto é, as vagas de imigração e emigração. Este estudo está em larga parte por realizar – sendo a principal excepção, até hoje, o estudo de Baganha, Ferrão e Malheiros (2002), algo datado face às dinâmicas migratórias que entretanto sucederam.

Entre a bibliografia produzida encontram-se vários contributos importantes para o conhecimento da vertente laboral da imigração ou, noutros termos, as suas modalidades de inserção no mercado de trabalho. São poucos os estudos que adoptam o mercado de trabalho como o principal eixo de análise, e ainda menos os que procuram uma caracterização genérica e extensiva de toda a imigração económica estrangeira. Na maior parte dos casos, as contribuições resultam de estudos sobre outras facetas da imigração ou, em alternativa, sobre comunidades imigrantes específicas, que abordam a vertente laboral de forma parcelar. Nos próximos parágrafos iremos reter, sobretudo, os textos que atribuem centralidade ao mercado de trabalho, pelo que a descrição irá, certamente, omitir referências importantes (para uma descrição detalhada da bibliografia disponível, ver Garcia e Nunes, 2000; Machado e Matias, 2006).

Entre os primeiros estudos que abordam de forma extensiva a inserção laboral dos imigrantes estrangeiros em Portugal encontram-se os produzidos por Baganha, isoladamente ou em colaboração (Baganha, 2000a e 2000b; Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999 e 2002). Ao longo destes e de outros trabalhos, a autora procura descrever os vários tipos de imigrantes presentes em território português

e as suas diversas formas de inserção laboral. Apesar do enfoque frequente nas formas de imigração irregular e inserção na economia informal, é dada atenção à heterogeneidade dos imigrantes e aos seus diferentes percursos. Conclui-se que diferentes grupos de nacionalidades apresentam distintos perfis profissionais e níveis de qualificação, o que os relaciona com segmentos diferenciados do mercado de trabalho. O esforço de abrangência é ainda mais notório no estudo promovido por Baganha, Ferrão e Malheiros (2002). Este estudo, finalizado no final da década de 1990, foi pioneiro no estudo conjugado das dinâmicas da imigração e emigração. Sabendo-se, hoje, que as dinâmicas mais fortes da imigração sucederam, precisamente, a partir do final dos anos 1990 e que a emigração portuguesa não dá sinal de extinção, um estudo deste tipo merece ser renovado com urgência.

No âmbito dos estudos extensivos sobre imigração e mercado de trabalho, merece destaque uma colectânea produzida no início do novo século (AA.VV., 2002a). Neste caso, foram reunidos vários contributos sobre o tema da “imigração e mercado de trabalho” provenientes da universidade, instituições do Estado e sociedade civil. Entre os pontos mais interessantes da colectânea encontra-se a actualização (são vários os contributos onde se refere a imigração proveniente da Europa de Leste, por exemplo) e o facto de ter sido publicada num dos momentos cruciais da regulação da imigração laboral. Os textos escritos pelos (então) Inspector-Geral do Trabalho e Alto-Comissário para a Imigração são testemunhos importantes, num momento em que se promovia a regularização por atribuição das “autorizações de permanência” - a primeira onde o critério de inserção laboral (posse de contrato de trabalho) foi primordial.

Mais recentemente, a OCDE (2007) produziu um estudo aprofundado sobre a integração dos imigrantes no mercado de trabalho português, trabalho que se insere numa série de estudos sobre o mesmo tema realizados noutros países europeus. Os maiores méritos deste trabalho são a actualidade e o rigor da análise, a par do esforço colocado na recolha de dados de diferentes proveniências. A singularidade do caso português, à escala da OCDE, passa, entre outros aspectos, pela maior actividade económica dos imigrantes e por uma maior complexidade dos seus modos de inserção. Nos estudos produzidos sobre outros países, integrados na mesma série, não parece ter existido um esforço tão significativo para obter informação pormenorizada sobre tantas variáveis de integração laboral.

Outras referências abrangentes aos modos de inserção laboral dos imigrantes estrangeiros em Portugal são os estudos de Corkill (2001), Dias *et al.* (2002), Ferreira *et al.* (2004), Pires (2006), Peixoto (2007) e Tolda (2007), para além de documentos oriundos de entidades internacionais como a OCDE (em particular os relatórios SOPEMI). Referências aprofundadas poderão ser ainda encontradas em estudos que se debruçam sobre grupos imigrantes específicos, mas onde se

efectua o levantamento da sua relação com o mercado de trabalho. Considerando, apenas, as nacionalidades com maior expressão quantitativa em Portugal, algumas referências podem ser destacadas. A inserção laboral dos imigrantes brasileiros é efectuada por Padilla (2005) e Malheiros (2007), entre outros. No caso deste último, um dos textos publicados é uma síntese do estudo promovido pela Casa do Brasil de Lisboa nos primeiros anos do novo século, que popularizou a noção de “segunda vaga” da imigração brasileira. A incorporação no mercado de trabalho dos imigrantes oriundos dos PALOP não tem sido objecto de destaque pormenorizado, entre os muitos trabalhos que abordam esta imigração. Ainda assim, estudos como o de Machado (2002) têm colocado ênfase nesta vertente. A inserção laboral dos imigrantes oriundos da Europa de Leste, com destaque para os ucranianos, tem sido sempre parte importante dos estudos a eles dedicados. Entre estes, podem referir-se os de Baganha e Fonseca (2004) e Marques e Góis (2007).

Uma vertente importante da inserção laboral da população estrangeira tem sido a economia informal. Sabe-se que esta realidade é antiga e difusa no território português; a novidade dos últimos anos foi, sobretudo, o modo como os imigrantes se integraram nas lógicas subterrâneas de actividade. Alguns estudos disponíveis indicam que o peso da economia informal em Portugal pode ultrapassar os 20% do PNB (Schneider and Klinglmair, 2004; ver, também, MTSS/DGEEP, 2006 e Abreu e Peixoto, no prelo). Neste conceito incluem-se, entre outras, as actividades que não se subordinam às normas regulatórias em vigor, como as exercidas sem contrato e não respeitando as obrigações fiscais (incluindo descontos para a Segurança Social). Alguns sectores de actividade são particularmente vulneráveis, com relevo para a construção e o serviço doméstico. Não surpreende, assim, que a população imigrante se encontre muito exposta à informalidade, sendo por vezes cúmplice mas, mais frequentemente, alvo de exploração laboral. Mais uma vez, são os trabalhos de Baganha e colaboradores que melhor têm ilustrado esta realidade (Baganha, 1998a, 1998b, 2000a, 2000b; Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999 e 2002; Baganha e Reyneri, 2001). Sobre o mesmo tema foi escrito o texto de Malheiros (1998) e, mais recentemente, o de Carvalho (2007). O interesse deste último resulta de ser um levantamento actual do carácter endémico da economia informal em Portugal, da sua permeabilidade ao trabalho imigrante e de algumas possíveis soluções. Finalmente, sobre o sector da construção em particular, pode ser consultado o trabalho de Góis, Marques e Fellini (2003).

Uma outra linha de pesquisa tem sido a avaliação das condições de trabalho dos imigrantes. Como vimos na secção anterior, sabe-se que eles se inserem frequentemente em empregos com fracas condições remuneratórias, poucas expectativas de carreira profissional, natureza precária e exposição significativa a acidentes de trabalho. Noutros termos, são muitas vezes vítimas de exploração laboral – colocando também em risco os direitos adquiridos por outros traba-

lhadores nos mesmos sectores de actividade. O estudo de Pereira e Vasconcelos (2007), destinado inicialmente a avaliar a extensão da realidade do tráfico de imigrantes e trabalho forçado em Portugal, torna-se relevante por identificar situações de forte exploração da mão-de-obra estrangeira. Não se podendo, em rigor, falar de trabalho forçado, a verdade é que são múltiplas as condições de trabalho com forte destituição de direitos.

Num plano diverso, Carvalho (2004) estudou os impactos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas. Dadas as características dos grupos imigrantes, diversas entre si e distintas da população activa portuguesa, são de esperar impactos diferenciados. Em muitos casos, devido a uma maior disponibilidade para a mobilidade, funcional e geográfica, e à posse de competências escolares e profissionais significativas, existem vantagens evidentes para as empresas, incluindo incrementos ao nível da produtividade e competitividade.

Sobretudo nos últimos anos, têm vindo a ser publicados trabalhos sobre a mobilidade profissional dos imigrantes. Em alguns casos, a mobilidade pode ser sobretudo de tipo horizontal, consistindo numa elevada rotação entre diferentes zonas de precariedade. Noutros, o prolongamento das estadias, a maior estabilidade nos empregos, a posse ou aquisição de credenciais escolares e profissionais e as melhores condições de integração social, incluindo domínio da língua, permitem que os imigrantes iniciem trajectórias profissionais ascendentes. Se, num primeiro momento da imigração, a inserção ocorre nos patamares mais baixos da hierarquia profissional, em momentos posteriores são possíveis melhorias significativas – situação já identificada em muitos outros contextos imigratórios. O estudo mais abrangente sobre este tema, em Portugal, é o coordenado por Carneiro (2006). Este conclui pela existência de muitas mudanças de emprego, com elevada mobilidade geográfica, sectorial e profissional dos imigrantes, muitas vezes apenas de tipo horizontal. Mas verifica-se, também, uma mobilidade profissional ascendente significativa, sobretudo entre alguns grupos imigrantes, embora sem reverter completamente as lógicas de sobrequalificação. Numa perspectiva mais circunscrita, os estudos de Machado e Abranches (2005) e Oliveira (2004b e 2006) ocupam-se de trajectórias de grupos imigrantes específicos, incluindo o cabo-verdiano, notando o seu limitado potencial de mobilidade. Finalmente, o livro de Felner (2006) revela alguns casos de sucesso, ao relatar histórias de vida de imigrantes que regressaram às suas profissões de origem, neste caso a profissão médica. Se estes estudos se referem à mobilidade intra-geracional dos imigrantes, o estudo da mobilidade inter-geracional ou, noutros termos, a integração laboral dos descendentes de imigrantes encontra-se, em larga medida, por fazer.

Outras questões relacionadas com o mercado de trabalho têm sido abordadas. A inserção territorial dos imigrantes, isto é, a sua inserção em mercados regionais ou locais de trabalho, tem sido objecto de estudo frequente. Malheiros (2002) e Fonseca e Malheiros (2003) estudaram os impactos que os fluxos mais recentes

de imigração, incluindo os provenientes da Europa de Leste, exerceram sobre as regiões portuguesas. Algumas regiões com escassez de recursos humanos, devido ao envelhecimento e emigração, poderão beneficiar largamente com a imigração. Uma conclusão semelhante é anunciada por Tolda (2007), que indica ser nas regiões menos atractivas de imigrantes que poderão ser maiores os seus efeitos qualificantes. O caso da região de Lisboa tem merecido também atenção particular. Entre os muitos trabalhos que estudam a inserção laboral dos imigrantes nesta região pode citar-se o de Góis (2006), acerca dos imigrantes cabo-verdianos, para além de outras referências produzidas por investigadores na área dos estudos geográficos e sociais.

Noutro plano, a reflexão acerca da relação entre as dinâmicas demográficas, cuja incidência sobre o mercado de trabalho se irá verificar a mais ou menos longo prazo, e a imigração foi recentemente efectuada (Abreu e Peixoto, no prelo). Os autores comparam as dinâmicas populacionais com as da população activa (taxas de actividade), reflectindo em que medida a imigração se revela importante para preencher vazios relacionados com a demografia. O estudo da inserção laboral de alguns segmentos populacionais, como é o caso das mulheres imigrantes, tem também sido promovido. Este é o caso, entre outros, do estudo promovido por Peixoto *et al.* (2006), que incidiu sobre os percursos e modos de inserção laboral das imigrantes em Portugal.

Tal como se referiu na primeira secção deste texto, os modos de incorporação dos imigrantes não ocorrem apenas no mercado “secundário”, podendo também suceder no mercado “primário” e em zonas étnicas da economia. O estudo dos imigrantes altamente qualificados tem sido promovido desde meados da década de 90. Os trabalhos de Peixoto (1999 e 2004) ilustram esta realidade, fazendo referência aos casos mais comuns de imigração neste domínio e explorando com maior profundidade os fluxos de quadros que se movem no âmbito de empresas transnacionais. Mais recentemente, outros estudos aprofundaram esta reflexão. O livro de Góis e Marques (2007) é uma boa síntese da situação recente, destacando também os processos de sobrequalificação – isto é, situações onde os imigrantes altamente qualificados exercem funções abaixo das suas competências –, que se tornaram mais notórios a partir do final dos anos 90. Alguns fluxos profissionais específicos têm sido também objecto de atenção. Esse é, sobretudo, o caso das profissões na área da saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros, onde a imigração tem sido significativa. Os estudos de Ribeiro e Baganha são pioneiros neste domínio (Ribeiro, 2004; Baganha e Ribeiro, 2007). Recentemente, Delicado (2007) divulgou um texto sobre um outro fluxo mal conhecido, o de cientistas provenientes de países africanos.

O estudo da economia étnica e sua relação com o mercado de trabalho tem sido realizado de forma aprofundada. Entre as muitas referências disponíveis podem

ser destacados alguns trabalhos que focam o caso dos empresários imigrantes. As iniciativas empresariais dos imigrantes, em particular as que se situam nas zonas étnicas da economia, têm um impacto forte no mercado de trabalho, por implicarem criação de emprego e aproveitarem, frequentemente, os recursos gerados por grupos imigrantes, incluindo recursos de trabalho. Os vários estudos promovidos por Oliveira (2004a, 2004b, 2005, 2006, 2007) merecem claro destaque neste domínio. A partir do estudo das estratégias empresariais de imigrantes, a autora tem realçado formas alternativas dos imigrantes se inserirem no mercado de trabalho português. Como conclui, a iniciativa empresarial surge para alguns imigrantes como uma forma de contornarem situações de discriminação no acesso ao mercado de trabalho português e/ou de desemprego prolongado. Outros criam uma empresa para verem, indirectamente, reconhecidas as suas qualificações. A autora compara ainda algumas iniciativas empresariais mais relevantes, incluindo as de imigrantes cabo-verdianos, chineses e indianos. No âmbito do empresarialismo étnico, as contribuições de Dias (2002) e Fonseca e Malheiros (2004) podem ainda ser citadas.

Uma última área relevante de investigação tem sido a das políticas de imigração relacionadas com o mercado de trabalho. As dificuldades de regulação dos fluxos de imigração têm sido salientadas por vários autores, como é o caso de Corkill (2001), Peixoto (2002b) e Baganha (2005). Entre outros tópicos, estes referem a contradição existente entre políticas de admissão pouco efectivas e um mercado de trabalho muito dinâmico, com grande capacidade de integração de imigrantes (em segmentos formais ou informais). Algumas políticas especificamente vocacionadas para o mercado de trabalho, no campo da integração de imigrantes, foram ainda destacadas em AA.VV. (2002b) – o programa Portugal Acolhe, promovido pelo IEFP – e são apresentadas no livro de Fonseca e Goracci (2007) – onde se apresenta um conjunto de boas práticas em vários sectores de integração. O estudo da OCDE (2007) também realiza um elenco das principais políticas e instituições que actuam neste domínio. Finalmente, Niessen *et al.* (2007) revelam a muito boa posição que as políticas de integração ligadas ao mercado de trabalho em Portugal ocupam no contexto internacional.

Linhas de investigação futura

Devido à escassez de conhecimento sobre vários assuntos e à realidade sempre dinâmica das migrações internacionais, são numerosas as áreas de investigação onde se deve investir no futuro. Elas passam, antes de mais, pelo estudo das dinâmicas laborais e imigração nos últimos anos. É sabido que, com o ciclo de recessão que atingiu o nosso país, existiu retracção da imigração, com diminuição de alguns grupos de imigração recente, como os provenientes de países da Europa de Leste; porém, ao mesmo tempo, assistiu-se à manutenção de outros fluxos, como é o caso do oriundo do Brasil. Importa, também, retomar o estudo

das dinâmicas comparadas da imigração e emigração. É necessário saber que alterações no mercado de trabalho português promovem a imigração e estão na origem da emigração. Por exemplo, o carácter pouco regulado de sectores como a construção civil e as más condições remuneratórias poderão aumentar a procura de trabalhadores imigrantes, que se descobrirão carentes de direitos, ao mesmo tempo que levam à saída de portugueses para o estrangeiro, muitas vezes para trabalhar no mesmo sector. Importa conhecer as tarefas, as qualificações e as condições de trabalho desta mão-de-obra móvel, para sabermos se se trata de um simples processo de livre circulação de trabalhadores ou de um movimento resultante de um mercado pouco regulado.

No plano da imigração estrangeira, outras áreas onde a investigação deverá ser maior são as condições de trabalho em alguns sectores, sobretudo os que mais empregam imigrantes (como a construção, restauração e hotelaria e emprego doméstico); as dinâmicas de sectores em expansão, como é o caso do emprego doméstico e da assistência a idosos (tarefas muito dependentes da imigração); a escassez previsional de qualificações, dependente do cruzamento da oferta educativa com a procura de trabalho; as necessidades de trabalho por sector, incluindo a distinção entre emprego permanente, temporário e sazonal; o grau de discriminação no mercado de trabalho em função da nacionalidade, etnia ou raça – sendo, para tal, importante aplicar a metodologia dos *labour market tests* desenvolvida pela OIT; o enquadramento dos imigrantes na esfera das relações laborais, procurando conhecer os comportamentos e atitudes das associações empresariais (e empregadores), sindicatos e Estado; e a integração laboral dos descendentes de imigrantes, cada vez em maior número e de composição mais diversa.

A monitorização das políticas de imigração e de recrutamento de trabalhadores, em particular os canais de imigração legal, deverá ser uma preocupação tanto de políticos como de investigadores. É necessário avaliar a eficácia das medidas anteriormente adoptadas e das previstas no actual quadro legal, de modo a melhor perspectivar o futuro. O estudo dos principais países de origem dos imigrantes que se dirigem a Portugal, averiguando o seu potencial migratório e as oportunidades de desenvolvimento, permitirá também avaliar o tipo de políticas de recrutamento de trabalho que poderão ser desenvolvidas (incluindo, eventualmente, esquemas de mobilidade temporária). Noutra plano, mantém-se a necessidade de monitorização e melhoria das fontes estatísticas sobre migrações internacionais, bem como de promoção, recolha e divulgação dos estudos sobre migrações internacionais e mercado de trabalho – tarefas que têm sido concretizadas, em grande medida, pelo Observatório da Imigração do ACIDI.

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (2002a), "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, Lisboa: MSST/DEPP, N.º 2 (número especial).
- AA.VV. (2002b), *Portugal Acolhe. Programa de Acolhimento e Inserção Sócio-Profissional de Imigrantes. Estudo Sociodemográfico de Formandos Imigrantes*, Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Abreu, A. e Peixoto, J. (no prelo), "Demography, labour force and migration: trends, prospects and policy implications in Portugal", a editar pela International Organization for Migration, Projecto ARGO 2005, "European Cooperation in Labour Migration: Search for Best Practices".
- Baganha, M. I. (1998a), *Immigrants Insertion in the Informal Economy: the Portuguese Case. Second Report*, Florença: TSER Programme, CE/DG XII.
- Baganha, M. I. (1998b), "Immigrant involvement in the informal economy: the Portuguese case", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 24, N.º 2, pp. 367-385.
- Baganha, M. I. (2000a), "Immigrants' social citizenship and labour market dynamics in Portugal", in M. Bommers and A. Geddes (Ed.), *Immigration and Welfare: Challenging the Borders of the Welfare State*, London: Routledge.
- Baganha, M. I. (2000b), "Labour market and immigration: economic opportunities for immigrants in Portugal", in R. King, G. Lazaridis e C. Tsardanidis (eds.), *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres: Macmillan, pp. 79-103.
- Baganha, M. I. (2005), "Política de imigração: a regulação dos fluxos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 73, pp. 29-44.
- Baganha, M. I. e Reyneri, E. (2001), "La inmigración en los países del sur de Europa y su inserción en la economía informal", in C. Solé (coord.), *El Impacto de la Inmigración en la Economía e en la Sociedad Receptora*, Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, pp. 53-211.
- Baganha, M. I. e Ribeiro, J. S. (2007), "Imigração qualificada no sector da saúde – as oportunidades do mercado laboral português", *Migrações*, N.º 1, pp. 53-78.
- Baganha, M. I., Ferrão, J. e Malheiros, J. (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, Vol. 34, N.º 150, pp. 147-173.
- Baganha, M. I., Ferrão, J. e Malheiros, J. (org.) (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. I. e Fonseca, M. L. (2004), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Carneiro, R. (coord.) (2006), *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal*, Lisboa: DGEEP/MTSS.
- Carvalho, L. X. (2004), *Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas. Uma Visão Qualitativa*, Lisboa: Observatório da Imigração - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Carvalho, L. X. (2007), *Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal*, Cadernos OI, 1, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Comissão do Livro Branco para as Relações Laborais (2007), *Livro Branco das Relações Laborais*, Lisboa: MTSS.
- Corkill, D. (2001), "Economic migrants and the labour market in Spain and Portugal", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 24, N.º 5, pp. 828-844.
- Delicado, A. (2007), "Mobility and development: the influx of scientists from developing countries to Portugal", *Working Papers*, WP2 07, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Dias, B. P., Oliveira, C. R., Marques, J. C. e Góis, P. (2002), *Migrants, Minorities and Employment in Portugal*, Raxen 3 Report to the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia, Porto Salvo: Númena.
- Dias, N. (2002), "Beyond familial dharma: hindu entrepreneurial behaviour in a migratory context", in M. L. Fonseca et al. (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 175-195.
- Doeringer, P. B. e Piore, M. (1971), *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*, Heath Lexington Books.
- Felner, R. D. (2006), *Voltar a Ser Médico*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, E. S., Rato, H. e Mortágua, M. J. (2004), *Viagens de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa: Observatório da Imigração - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fonseca, M. L. e Malheiros, J. (2003), "«Nouvelle» immigration, marché du travail et compétitivité des régions portugaises", *Géographie, Économie, Société*, Vol. 5, N.º 2, pp. 161-181.
- Fonseca, M. L. e Malheiros, J. (2004), "Immigration and globalisation from below: the case of ethnic restaurants in Lisbon", *Finisterra*, N.º 77, pp. 129-156.
- Fonseca, M. L. e Goracci, M. (org.) (2007), *Mapa de Boas Práticas - Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*, Lisboa: OIM / ACIDI.
- Garcia, J. L. (coord.) e Nunes, D. B. (2000), *Migrações e Relações Multiculturais - Uma Bibliografia*, Oeiras: Celta Editora.
- Góis, P. (2006), *Emigração Caboverdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Góis, P. e Marques, J. C. (2007), *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Góis, P., Marques, J. C. e Fellini, I. (2003), "The process of recruitment of immigrants in the construction sector. The cases of Italy and Portugal", *Transfer. European Review of Labour and Research*, Vol. 9, N.º 3, pp. 452-468.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2007), "População estrangeira em Portugal 2006", *Destaque*, Lisboa: INE, Dezembro de 2007.

- King, R., Lazaridis, G. e Tsardanidis, C. (eds.) (2000) *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres: Macmillan.
- Kovács, I. e Castillo, J. J. (1998), *Novos Modelos de Produção: Trabalho e Pessoas*, Oeiras: Celta Editora.
- Kovács, I. (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F. L. e Abranches, M. (2005), “Caminhos limitados de integração social: trajectórias socioprofissionais de caboverdianos e hindus em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 48, pp. 67-89.
- Machado, F. L. e Matias, A. R. (2006), *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2006)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Malheiros, J. M. (1998), “Immigration, clandestine work and labour market strategies: the construction sector in the Metropolitan Region of Lisbon”, in M. Baldwin-Edwards e J. Arango (eds.), *Immigrants and the Informal Economy in Southern Europe*, Londres: Frank Cass Publishers, pp. 169-185.
- Malheiros, J. M. (2002), “«Nova» imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, Lisboa: MSST/DGEEP, N.º 2, pp. 69-87.
- Malheiros, J. M. (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Marques, J. C. e Góis, P. (2007), “Ukrainian Migration to Portugal. From Non-existence to One of the Top Three Immigrant Groups”, *Migration Online – Focus on Central and Eastern Europe*, January 2007.
- Massey, D.. S. et al. (1998), *Worlds in Motion – Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford: Clarendon Press.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) / Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP), *Quadros de Pessoal 2004*, Lisboa: MTSS/DGEEP.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) / Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP), *Estatísticas em Síntese – Quadros de Pessoal 2005*, Lisboa: MTSS/DGEEP, Maio de 2007.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) / Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) (2006), “O Trabalho Não Declarado em Portugal – Metodologia de Abordagem e Tentativa de Medição”, *Colecção Cogitum*, 19, Lisboa: DGEEP / MTSS.
- Niessen, J. et al. (2007), *Index de Políticas de Integração de Migrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OCDE (2007), *The Labour Market Integration of Immigrants in Portugal*, OCDE, Employment, Labour and Social Affairs Committee.
- Oliveira, C. R. (2004a), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Oliveira, C. R. (2004b), "Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 45, pp. 71-98.
- Oliveira, C. R. (2005), *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, C. R. (2006), "Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?", *Oficina do CES*, N.º 243.
- Oliveira, C. R. (2007), "Understanding the diversity of immigrant entrepreneurial strategies", in Léo-Paul Dana (ed.), *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship*, Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, pp. 61-82.
- Padilla, B. (2005), "Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities", *SOCIUS Working Papers*, N.º 1/2005.
- Peixoto, J. (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros - migrações internacionais, quadros e empresas transnacionais em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, J. (2002a) "Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, MSST/DEPP, N.º 2, pp. 57-68.
- Peixoto, J. (2002b), "Strong market and weak state: the case of foreign immigration in Portugal", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 28, N.º 3, pp. 483-497.
- Peixoto, J. (2004), "Highly skilled migration in Portugal: an overview", *SOCIUS Working Papers*, N.º 3/2004.
- Peixoto, J. (2007), "Emprego e protecção social – Oportunidades no mercado de trabalho português, competição e complementaridade, reconhecimento de habilitações e competências, projectos da Gulbenkian, empreendedorismo", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? – Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Lisboa/Estoril: Fundação Calouste Gulbenkian/Principia, pp. 199-231.
- Peixoto, J., e Casaca, S. F. et al. (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Lisboa: SOCIUS/ISEG, mimeo.
- Pereira, S. e Vasconcelos, J. (2007), *Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado – Estudo de Casos e Respostas de Portugal*, Escritório da OIT em Lisboa, Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Pires, R. P. (2006), "A integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios", comunicação apresentada à 11ª Conferência Internacional Metropolis, Lisboa, 5 de Outubro de 2006.
- Phizacklea, A. (2005), "O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração», in I, Kovács (org.), *Flexibilidade de emprego - Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta Editora.
- Piore, M. J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Portes, A. (1981), "Modes of structural incorporation and present theories of labour immigration", in M. M. Kritz *et al.* (eds.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque: Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- Ribas-Mateos, N. (2004), "How can we understand immigration in Southern Europe?", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 30, N.º 6, pp. 1045-1063.
- Ribeiro, J. S. (2004), "Imigrantes qualificados no sector da saúde", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica (www.aps.pt).
- Schneider, F. e Klinglmair, R. (2004), "Shadow Economies Around the World: What Do We Know?", *IZA Discussion Paper 1043*, Bonn: Institute for the Study of Labour.
- Tolda, J. (2007), "Quadros de Pessoal e imigração: uma análise crítica", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, MTSS/GEP, N.º 9, pp. 69-83.